

CIRCULAR Nº 67 / 441 / 10
28 de Julho

ASSUNTO: Princípios e regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços

Foi publicado na I Série do Diário da República nº 143, de 26 de Julho, o **Decreto-Lei nº 92/2010 que estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços** e transpõe a Directiva n.º 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro.

O diploma ora publicado que entra em vigor, na generalidade, no próximo dia 1 de Outubro, aplica-se às actividades de serviços que se realizem mediante contraprestação económica e que sejam oferecidos ou prestados no território nacional, incluindo os serviços referidos no respectivo anexo, o qual contempla designadamente as seguintes actividades: **construção civil**; entidades instaladoras de redes de gás; inspecção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes; inspecção de redes e ramais de distribuição e **instalação de gás em edifícios**; **instalações de telecomunicações**; manutenção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes; serviços externos de segurança, de higiene e de saúde no trabalho; técnicos responsáveis por instalações eléctricas de serviço particular (cf. artigos 3.º, 45.º e anexo ao diploma).

“Ficam excluídos do âmbito do presente regime os serviços de interesse geral sem contrapartida económica. Estão igualmente excluídos os regimes legais, regulamentares ou convencionais de natureza laboral e da segurança social e de natureza fiscal e penal, bem como todos os que não regulem ou afectem especificamente actividades de serviços, mas que têm de ser cumpridas pelos prestadores no decurso de outras actividades económicas, como é o caso da indústria” (cit preâmbulo; cf. nº 3 do artigo 3º).

Aconselhando-se aos interessados a leitura integral do diploma, consideramos de destacar os seguintes aspectos:

BALCÃO ÚNICO ELECTRÓNICO

Com os objectivos de simplificação e de desburocratização **“é criado o balcão único dos serviços que passa a disponibilizar toda a informação necessária para o desenvolvimento da actividade em Portugal, bem como informação relevante para os destinatários dos serviços.”** (cit. preâmbulo do diploma).

De notar que o aludido balcão único electrónico: permite a qualquer prestador ou destinatário de serviços, de todos os Estados, o acesso por via electrónica às autoridades administrativas competentes; é disponibilizado em sítio na Internet através do Portal da Empresa; disponibiliza aos prestadores e aos destinatários de serviços de todos os Estados informação actualizada, pelo menos em português, inglês e castelhano, designadamente sobre: *a)* os requisitos aplicáveis à prestação de serviços, nomeadamente os respeitantes aos procedimentos e formalidades de condições de acesso à actividade e respectivo exercício; *b)* os endereços e os contactos das autoridades administrativas competentes; deverá estar a funcionar a partir de 1 de Janeiro de 2011 (cf. artigos 5.º, 6.º e 44.º).

LIBERDADE DE ESTABELECIMENTO E LIVRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A este respeito: **“é reconhecida a liberdade de prestação de serviços e de estabelecimento de qualquer pessoa ou empresa da União Europeia no território nacional. Com esta medida, é aprofundado o processo de integração europeia e de consolidação do mercado único”** (cit. o preâmbulo do diploma).

Assim e quanto à liberdade de estabelecimento, o princípio genérico consagrado é o de que **“os prestadores de serviços podem livremente estabelecer-se e exercer a sua actividade em território nacional, nomeadamente através da criação de sociedades, sucursais, filiais, agências ou escritórios sem necessidade de qualquer permissão administrativa ou mera comunicação prévia, excepto nos casos em que a lei preveja tal permissão administrativa e a mesma possa ser estabelecida”** (cit. nº 1 do artigo 4º).

Por sua vez e a respeito da livre prestação de serviços prevê-se que **“os prestadores de serviços estabelecidos noutro Estado membro podem livremente exercer a sua actividade e prestar os seus serviços no território nacional, sem necessidade de qualquer permissão administrativa ou mera comunicação prévia, excepto nos casos em que a lei preveja tal permissão administrativa e que a mesma possa ser estabelecida”** (cit. nº 3 do artigo 4º).

De entre as excepções à livre prestação de serviços contam-se, nomeadamente: os serviços de interesse económico geral (nos sectores postal, da electricidade e do gás; os serviços de distribuição e de abastecimento de água; de tratamento de águas residuais; de tratamento de resíduos) e as matérias relativas: ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços; ao reconhecimento das qualificações profissionais; à coordenação dos sistemas de segurança social; à revisão legal das contas anuais e consolidadas; às obrigações contratuais e extracontratuais, incluindo a forma dos contratos (cf. artigo 12º).

Atentos os princípios gerais acima citados, **“são limitados os casos em que é possível exigir-se uma licença ou autorização para a prestação de serviços em território nacional. Desta forma, as licenças ou as autorizações que correspondem a procedimentos administrativos mais complexos e demorados passam agora a ser exigidas apenas em situações excepcionais, em que imperiosas razões de interesse público assim o justifiquem.** A agilização dos procedimentos é acompanhada do necessário reforço dos meios e modos de fiscalização. A simplificação introduzida tem, assim, no seu reverso, por um lado, a responsabilização dos agentes económicos e, por outro lado, o reforço da fiscalização” (cit preâmbulo; cf. capítulos III e VII).

ENTRADA, PERMANÊNCIA, SAÍDA E AFASTAMENTO DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS DO TERRITÓRIO NACIONAL

Os regimes de liberdade de estabelecimento e de livre prestação de serviços fixados no presente diploma não obstam à aplicação da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, e demais legislação complementar (cf. artigo 43º).

DOCUMENTOS

A este propósito importa realçar os seguintes princípios constantes do artigo 7º:

“1. Quando a prova de um facto relativo a um requisito para o acesso ou o exercício de uma actividade de serviço depender da apresentação de um documento, as autoridades administrativas competentes devem aceitar os documentos que tenham uma finalidade equivalente ou que evidenciem a verificação daquele facto emitidos em território nacional ou noutro Estado membro.

2 - As autoridades administrativas competentes não podem exigir que os documentos emitidos noutro Estado membro sejam apresentados sob a forma original, autêntica, autenticada ou cópia ou tradução certificadas, excepto quando tal se encontre previsto em instrumentos jurídicos comunitários ou se encontre previsto na lei por imperiosa razão de interesse público, na acepção do n.º 1 do artigo 30.º”

De notar, porém, que o princípio do n.º 2 acima transcrito não se aplica, designadamente aos documentos relativos ao reconhecimento das qualificações profissionais (cf. n.º 1 do artigo 5.º e artigo 47.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março) e aos documentos referidos na alínea b) do n.º 1, na alínea b) do n.º 5 e no n.º 6 do artigo 81.º (“documentos de habilitação”), nos n.os 2 e 3 do artigo 164.º (“programa do concurso”) e no artigo 246.º (“regras dos sistemas de qualificação”) do Código dos Contratos Públicos.

REGIMES SECTORIAIS

Constando do capítulo VIII do diploma publicado alterações a vários regimes sectoriais (designadamente ao regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 194/2009– cf. Circular AECOPS n.º 3/437/10, de 7 de Janeiro), importa referir que, face às novas regras relativas às permissões administrativas para o acesso e exercício de uma actividade, a AECOPS tem conhecimento de que o regime que regula o ingresso e permanência na actividade da construção (Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro, alterado pelo artigo 7º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro) será objecto de alterações, as quais serão divulgadas logo que for publicado o respectivo diploma.

O Vice-Presidente Executivo

